

---

# PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE NA DÉCADA DE SETENTA

JOSÉ NICÁCIO DE OLIVEIRA (\*)

---

## ANTECEDENTES

Na análise da economia nordestina cabe ressaltar dois aspectos que a caracterizaram desde época bastante remota.

Há a mencionar, inicialmente, uma longa etapa de relativa estagnação e de lento desenvolvimento, abrangendo cerca de 300 anos, com fases em que ocorreu até mesmo uma diminuição na renda "per capita" do habitante da Região.

Outro aspecto é o que se refere ao prolongado esforço governamental para evitar a contínua deterioração da participação do Nordeste na economia nacional. Esforço simbolizado pela chamada política hidráulica, concebida após a seca de 1877, e que se revelou ineficaz com o passar do tempo, deixando de produzir os resultados almejados. Essa política estava marcada por uma preocupação básica com as periódicas crises climáticas e o caráter de semi-aridez de grande parte do território nordestino. E dava, por isso, ênfase à construção de açudes <sup>(1)</sup>.

Na verdade, teve o Nordeste apenas um período de acentuada prosperidade.

Foi na época da rápida expansão da economia açucareira, com volumosas exportações para os mercados europeus. O ponto mais alto foi ao final do século XVI, estendendo-se ainda até meados do século XVII.

Ocupando as ricas terras litorâneas, a economia açucareira, altamente especializada e lucrativa, criou estímulos para que se fizesse a penetração do interior, com base na pecuária extensiva e agricultura de subsistência, para fornecer-lhe carne, animais de tração e alimentos em geral.

Entretanto, por um longo período que se estendeu de 1650 até 1900, aproximadamente, a atividade açucareira nordestina atravessou acentuada crise, com substancial queda de preços, motivada principalmente pela concorrência da

---

(\*) O autor é Chefe do Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste — ETENE — do BNB.

(1) Essa política passou a ter implementação sistemática com a criação, em 1909, da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), transformada em 1945 no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

produção antilhana. E não surgiu, durante toda essa fase, um outro produto que devolvesse o dinamismo à economia regional. Apesar disso, continuou o processo de ocupação do interior, com o aumento da população apoiado, em grande parte, numa agricultura de subsistência que assegurava padrões de alimentação razoáveis em comparação com os vigerantes na faixa litorânea monocultora.

De 1900 até os anos cinquenta, chegou a economia nordestina a experimentar alguma reativação, com base na sua vinculação ao mercado em expansão do Centro-Sul, apresentando um moderado aumento de renda "per capita". Contudo, o ritmo de crescimento nessa fase foi ainda bastante lento, de modo que o Nordeste continuou a perder posição no conjunto da economia nacional.

Como ilustração desse desempenho insatisfatório da economia nordestina, basta mencionar que em 1939 sua renda "per capita" representava 48% da nacional, declinando essa percentagem até um mínimo de 37% em 1955.

Dêse modo, apesar da política especial de dispêndios do Governo Federal, tradicionalmente voltada para o combate às secas, a imagem do Nordeste perdurou, ao longo de dezenas de anos, como a de uma região-problema, com uma economia pobre periodicamente desorganizada por crises climáticas e população cujo nível de vida se distanciava cada vez mais da média nacional.

A insuficiência do crescimento regional resultava em baixa produtividade, sub-emprego e desemprego tanto na

agricultura como nos centros urbanos e acentuado êxodo para o resto do País. Nas cidades, com a população dobrando cada 10 ou 15 anos, havia uma indústria incipiente e atrasada e um setor serviços "inchando" artificialmente sob a pressão da mão-de-obra sem alternativas de emprego.

Na década de cinquenta, entretanto, começou a mudança do enfoque da política para a Região, passando-se da orientação defensiva e limitada do combate às secas para uma outra de caráter mais afirmativo e de maior abrangência, atentando para as variáveis básicas que influenciam o processo de desenvolvimento econômico e social.

Como indicadores dessa nova concepção e como instrumentos da nova política, foram criados, em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Cabe mencionar também a instalação anterior da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF).

A partir de 1956 começou a reversão daquela tendência secular de deterioração da posição relativa do Nordeste, em função da nova política econômica e de uma série de fatores circunstanciais favoráveis.

Essa aceleração do crescimento da economia regional tomou maior impulso na década de sessenta, com a intensificação e a racionalização dos investimentos de infra-estrutura e os estímulos criados para a empresa privada, principalmente o sistema de incentivos fiscais

conhecido por 34/18. Assim é que a taxa média anual de crescimento foi de 5,1% no período 1960-65, chegando a 7,1% no período 1966-68.

Houve, nesses 15 anos, uma substancial mudança de mentalidade e de atitudes na Região, tanto da parte do empresariado, lideranças e governos, como do povo em geral, principalmente na década de sessenta, quando se acentuou a imagem do chamado Novo Nordeste. Disseminou-se a idéia da necessidade do desenvolvimento planejado e de empreendimentos fundamentados em projetos, passando-se a apresentar o Nordeste como uma região de oportunidades e não apenas como região-problema. Formaram-se equipes técnicas a nível regional e estadual para planejamento, identificação de oportunidades de investimentos, elaboração e análise de projetos e atividades de assistência técnica à comunidade empresarial.

Passou o Nordeste a viver, assim, um clima de euforia desenvolvimentista, com otimismo e confiança nas possibilidades regionais. Clima fundamentalmente diferente daquele que perdurou durante muitas dezenas de anos, característico do Nordeste tradicional, resignado e fatalista, dentro dos horizontes estreitos da lembrança das secas passadas e receio de secas futuras.

## NOVA POLÍTICA PARA O NORDESTE

Nessa passagem de década, essa grande Região, que se estende por 1,6 milhão de Km, e que contará em 1980 com

uma população de cerca de 38 milhões de habitantes, como que está fazendo um exame de consciência sobre seu próprio destino, considerando o caminho percorrido, avaliando os resultados alcançados e levantando indagações sobre as possibilidades e problemas futuros <sup>(2)</sup>

A política de desenvolvimento econômico e social de um país ou região assenta em determinados objetivos a atingir e que servem de orientação para o estabelecimento de programas visando à sua consecução. Convém avaliar periodicamente os resultados dos programas adotados para verificar se estão atendendo aos objetivos fixados ou se é necessário fortalecer os programas ou modificá-los.

Urge, assim, formar uma idéia bem clara sobre os propósitos fundamentais da nova política para o Nordeste, sobre o que se está querendo alcançar ao se estabelecer programas para a Região. Essa é uma exigência preliminar e básica para facilitar o entendimento e o acordo sobre a orientação a ser dada à ação em favor do desenvolvimento econômico e social da área.

### *Integração Nacional*

A tônica da nova política do Governo Federal para o Nordeste apoia-se no princípio da integração nacional, inserindo o desenvolvimento da área no es-

<sup>(2)</sup> Com aproximadamente 29 milhões de habitantes, no momento, o Nordeste é uma das áreas mais populosas do mundo, pois há mais de 100 países com efetivos demográficos inferiores ao dessa Região.

fôço para a criação de uma economia nacional de amplas proporções. A orientação é no sentido de levar o progresso econômico e social a tôdas as regiões, com estratégia ajustada às peculiaridades de cada uma, de modo que se beneficiem das vantagens de um mercado maior e mais dinâmico para produtos e fatôres.

O crescimento do País requer, face à magnitude do território e da população, que sejam superadas as barreiras regionais de caráter econômico, social e cultural, de modo que as fôrças propulsoras do desenvolvimento se disseminem com maior fluidez por tôda a economia.

O planejamento regional, integrado no planejamento nacional, deve expressar o sentido de um sistema de vasos inter-comunicantes e não de autarquização de regiões.

#### *Diminuição das Disparidades Regionais*

Um aspecto particularmente importante da nova política é o que se refere ao objetivo de diminuição das disparidades regionais, pois condiciona o próprio êxito do objetivo mais amplo de integração nacional.

Para ser alcançado êsse objetivo, torna-se necessário assegurar, naturalmente, um decisivo impulso à economia nordestina, fazendo-a crescer em ritmo mais acelerado que o verificado no restante do País.

O desafio cresce de importância ao se levar em conta as altas taxas de crescimento que se vêm observando no País

e que são colocadas como meta para os próximos anos.

#### *Emprego Produtivo Para a Mão-de-Obra*

Ao lado dêsse propósito explícito de diminuição das disparidades regionais, pode-se considerar também como corolário básico dessa política de alevantamento dos níveis econômicos e sociais da Região, o asseguramento de mais amplas oportunidades de emprego para a mão-de-obra. Trata-se da forma mais dignificante de valorização social do homem.

Êsse objetivo se torna tanto mais prioritário quanto se verifica que a taxa anual de incremento da população nordestina se vem acelerando ao longo dos anos, estimando-se que no período 1971-80 girará em torno de 2,8%. Dêsse modo, o aumento esperado de 9,1 milhões de habitantes na década implicará numa oferta adicional de mão-de-obra de 3,4 milhões de pessoas, além do montante de 1,1 a 1,6 milhão que se estima esteja atualmente em situação de desemprego e sub-emprego. Patenteia-se, assim, um desafio de amplas proporções com referência à criação de emprego produtivo para a mão-de-obra nordestina. A criação de mais empregos depende, entretanto, da intensidade com que se expandem as empresas existentes e se instalam novas, isto é, do ritmo que se conseguir imprimir ao crescimento da economia.

#### *Desenvolvimento Auto-Sustentado*

A racionalidade do esforço no sentido de superar aquela tendência secular de

marginalização da economia nordestina expressar-se-á, naturalmente, através da realização de dois objetivos conjugados: diminuição das disparidades e consecução e manutenção de um processo de desenvolvimento que venha a dispensar, a partir de determinado momento, o apoio permanente de substanciais programas de assistência.

Uma consequência lógica, portanto, da nova política para o Nordeste é que esse crescimento mais rápido se prolongue por tempo suficiente para fazer a Região ingressar em um processo de desenvolvimento auto-sustentado, atingindo aquela fase em que o crescimento passa a ser um fenômeno normal, apoiado nas forças de auto-propulsão geradas no próprio sistema.

Esse ponto requer a compreensão de que o desenvolvimento é um fenômeno de longo prazo e de que as mudanças a ele associadas tomam tempo. Na verdade, a experiência tem demonstrado que o processo de demaragem de uma economia requer o impacto concentrado de forças propulsoras por um período de 20 a 30 anos.

Conclui-se, assim, que, a fim de atingir os objetivos colimados, não poderá limitar-se ao curto prazo o esforço visando à dinamização da economia nordestina, dentro da nova política definida pelo Governo. A pressa e a ilusão de obter em curto prazo resultados que, por natureza, só aparecem no longo prazo, podem gerar apenas desapontamentos e frustrações.

Dê-se modo a interrupção prematura do apoio a esse processo de melhoria

econômico-social poderia acarretar frustrações tremendas para a Região, talvez com efeitos irreversíveis. Seria muito difícil retomar o impulso econômico e reconstruir as esperanças e a confiança, elementos imponderáveis mas de fundamental importância na galvanização de uma comunidade para as tarefas do desenvolvimento. Somente após o convencimento de que a Região estaria em um processo de desenvolvimento auto-sustentado é que caberia cogitar da diminuição gradativa da ajuda.

Dentro dessa ordem de preocupações, o Governo Federal vem de tomar novas medidas visando ao fortalecimento e aperfeiçoamento do esquema de desenvolvimento regional, consubstanciados no Programa de Integração Nacional (PIN) e no Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). Procura, assim, dar maior vigor ao esforço da integração do Nordeste no desenvolvimento nacional, criando as condições para um decisivo processo de desenvolvimento auto-gerador.

## OLHANDO PARA O FUTURO

Com a intensificação do ritmo de desenvolvimento, principalmente na segunda metade da década de sessenta, a Região avançou ao ponto de atingir o limiar de uma nova fase, apresentando-se agora com o potencial para um rápido progresso econômico e social.

Verifica-se, assim, um encadeamento altamente promissor entre as décadas de

sessenta e de setenta. A primeira se apresenta como uma década de preparação, de lançamento das bases para um desenvolvimento posterior a taxas mais elevadas. A presente década se configura, por sua vez, como a década do impacto, em que ocorrerão a maturação, instalação ou funcionamento da maior parte dos programas e projetos iniciados ou aprovados na década anterior.

Uma conclusão fundamental, portanto, que deriva dessas observações é que a avaliação do Programa Nordeste não pode ser feita com base apenas nos resultados obtidos até agora. E isso simplesmente porque o impacto desse Programa só se fará sentir na sua plenitude dentro dos próximos anos. Do contrário, seria considerar o Programa e esquecer a maior parte dos resultados que dele advirão.

Cabe ressaltar, entretanto, que parte das decisões de investimento ainda está a depender, para se transformar em realidade, da mobilização de recursos, os quais se tornaram escassos face à grande quantidade de projetos aprovados. A escassez de recursos, embora constitua um sério problema a resolver, é um indício eloquente do grande êxito obtido na motivação da empresa privada. Passou-se, em curto prazo, de uma situação em que raramente se registrava a instalação de uma indústria, para uma de projetos em quantidade superior aos recursos colocados à disposição da Região.

Torna-se indispensável, a essa altura, atentar para os desdobramentos do processo iniciado e esboçado nessa fase re-

cente. E, assim, tentar obter uma idéia mais clara do que é preciso fazer para explorar plenamente as potencialidades desse desenvolvimento em marcha, com vistas à consecução dos objetivos da política traçada pelo Governo para a Região.

O esforço de previsão ou a indicação de objetivos visa a estabelecer marcos de referência para orientar o planejamento e assegurar maior racionalidade ao esquema de desenvolvimento. Embora o planejamento deva ser flexível e periodicamente revisto, para se ajustar às situações emergentes, a noção de perspectiva deve ser sempre mantida, como orientação para a ação prática, para a tomada de decisões visando ao futuro.

A explicitação de taxas de crescimento e a mensuração de magnitudes desejáveis no futuro dão uma idéia das dimensões dos problemas a resolver, do esforço a ser realizado e dos resultados que podem ser conseguidos se determinadas medidas forem tomadas. Permite ainda a indicação de possibilidades a explorar e de problemas a resolver com oportunidade, dentro de um dado horizonte de tempo e seqüência adequada.

É possível perceber, com razoável margem de segurança, certas tendências de longo prazo em vários campos, bem como sugerir roteiros de ação com possibilidade de influenciar o curso dos acontecimentos em direções desejadas. O próprio reconhecimento generalizado de probabilidades futuras pode influenciar as atitudes e motivar a ação de for-

ma decisiva, com uma idéia mais clara dos resultados prováveis associados a cada tipo de opção que se chegue a fazer.

Um prazo de dez anos é o razoável ou o mínimo para o planejamento, a execução ou a maturação de uma série de programas, projetos ou medidas importantes nos diversos setores econômicos e sociais. Em alguns casos específicos, até mesmo um prazo mais longo deve ser considerado. Como ilustração, bastaria mencionar o tempo que leva a ação a ser executada em campos como os da energia elétrica, indústria petroquímica e siderúrgica, aumento da produtividade agrícola, metas educacionais e habitacionais, programas de saúde e outros.

#### DÉCADA DE SETENTA: CRESCIMENTO ACELERADO E MUDANÇAS

A visualização do desempenho da economia do Nordeste na presente década deve envolver, naturalmente, uma avaliação do impacto do programa que vem sendo executado, bem como a consideração de novas medidas que possam contribuir para fortalecer mais ainda o impulso do crescimento regional. Ter-se-á, assim, uma idéia de para onde a Região está indo com base no esforço que já vem dispendendo, bem como de para onde poderá ir se um esforço adicional fôr empreendido.

A análise dos resultados do programa em andamento leva à conclusão muito importante de que, nos próximos

anos, a economia do Nordeste poderá ter grandemente intensificado o ritmo de crescimento, além de passar por substanciais modificações estruturais.

O desenvolvimento acelerado que agora se prenuncia para o Nordeste, após a longa e ineficaz tentativa da política tradicional, deve ser também confrontado com o desafio de diminuição das disparidades regionais. Dado o grande impulso da economia brasileira, cresce de importância as medidas que proporcionem um alto desempenho à economia regional.

Medindo-se a disparidade em termos de percentagens da renda "per capita" regional em relação à nacional, em um período aproximado de 30 anos (1939-68) verifica-se que nos primeiros 16 anos o Nordeste teve uma perda substancial de posição relativa, passando de 48% em 1939 para um mínimo de 37% em 1955. Essa fase é parte daquele longo período de estagnação ou lento crescimento da economia regional, mencionada no início deste documento.

Segue-se, após 1955, uma década de franca e contínua recuperação, chegando-se a 1965 aproximadamente com a posição mais elevada de 1939. Esses novos índices foram alcançados na fase da nova política federal para a Região, estando em pleno funcionamento o Banco do Nordeste e a SUDENE. Embora os resultados favoráveis da primeira metade da década de sessenta estejam parcialmente influenciados pela desaceleração então ocorrida na economia nacional, cabe observar que a economia

**Tabela 1**  
**Renda Per Capita do Nordeste em Relação a Nacional**  
**1939-1968**

Anos	%	Anos	%
1939	48,0	1965	47,5
1947	42,6	1966	44,4
1950	40,6	1967	46,6
1955	37,0	1968	45,0

**FONTE:** FGV - Centro de Contas Nacionais

nordestina chegou a atingir nessa fase uma taxa de crescimento acima de 5%.

Na segunda metade da década de sessenta reaparece, entretanto, a tendência ao agravamento das disparidades. O fato não está associado, porém, a um declínio do impulso da economia regional, que nessa fase chegou a alcançar uma taxa de crescimento um pouco superior a 7%. A explicação está na excepcional reativação da economia brasileira, principalmente a partir de 1968, com a sustentação de uma taxa de 9% ao ano.

Os dados sugerem, contudo, uma conclusão importante. É que a ajuda substancial proporcionada ao desenvolvimento do Nordeste, assegurando-lhe uma taxa de 7% já na segunda metade da década de sessenta e com tendência a elevação, é perfeitamente compatível com um rápido desenvolvimento do restante do País, pois este registrou na mesma época uma substancial aceleração no seu ritmo de crescimento.

Cabe, agora, examinar o problema em termos de futuro, de modo a explicitar-se a condição necessária para que se torne efetiva a política de diminuição das disparidades regionais, como uma das condições básicas para a grande obra de integração nacional a que se propõe o Governo.

A meta estabelecida para o País na presente década é de um crescimento anual entre 8 e 10%. Considerando o desempenho da economia nacional a partir de 1968, admite-se aqui, para efeito de raciocínio, que o Brasil mantenha a taxa média de 9% ao longo do período. Estimando-se para o País e para a Região um crescimento da população em torno de 2,8%, conclui-se que só poderá ocorrer diminuição das disparidades de renda se o Nordeste crescer a uma taxa superior a 9%. Se o crescimento, por exemplo, fôsse apenas de 7% ao ano, como na segunda metade da década de sessenta, chegar-se-ia a 1980 com a renda "per capita" de nordestino representando apenas 36,3% da



média nacional, ou seja, uma posição inferior à de 1955, que marcou o ponto mais baixo da perda de posição relativa do Nordeste (37%).

Uma conclusão básica, portanto, é que nessa fase muito favorável do desenvolvimento do Brasil a meta mínima de crescimento do Nordeste deve girar em torno de 10%, pois uma taxa inferior traria como consequência o aumento das disparidades regionais.

A taxa de 10% permitiria chegar-se a 1980 com um índice de 47,2%, assegurando, um ganho de mais de 2 pontos em relação a 1968. Ademais, após 40 anos de história econômica regional, ter-se-ia praticamente recuperado, pela primeira vez, a posição relativa observada em 1939, com base num autêntico processo de desenvolvimento motivado por uma política consciente e numa fase de acelerada expansão da economia nacional.

Considere-se, entretanto, que embora houvesse essa melhoria em termos percentuais, a diferença em termos absolutos entre a renda "per capita" do Nordeste e a do Brasil aumentaria de 262 dólares em 1970 para 442 em 1980 <sup>(3)</sup>.

Dêse modo, o crescimento mais acelerado do País tem como uma das implicações a necessidade de se pensar em termos mais ambiciosos com relação ao crescimento das regiões menos desenvol-

vidas. Aliás, o êxito nessa direção ajudará também a cumprir as metas estabelecidas para o País, não só do ponto de vista de taxas globais e de um desenvolvimento são e equilibrado como também de segurança nacional.

Para testar a viabilidade dêsse crescimento mais acelerado, foi realizada uma ampla análise do comportamento provável da economia, tanto a nível global como de detalhes setoriais e sub-setoriais julgados imprescindíveis para avaliação da exequibilidade das metas propostas.

Procurou-se assegurar um mínimo de consistência nas relações inter-setoriais, atentando-se para a vinculação dos vários estudos às hipóteses básicas de crescimento da renda e da população e com base nas análises detalhadas de procura e oferta referentes a segmentos importantes da economia. O problema da mobilização de recursos foi examinado quer do ponto de vista de uma expectativa realista de disponibilidade, quer da indicação de necessidades a atender. As conclusões do trabalho indicam que tanto o desempenho esperado para a economia como o volume de recursos a mobilizar são factíveis.

### *As Novas Taxas de Crescimento*

O estudo realizado examina a possibilidade e as condições para o Nordeste atingir uma taxa de crescimento em torno de 10% na presente década.

Mencione-se, desde logo, que a análise feita sugere a viabilidade dêsse crescimento, com base nos resultados do

(3) Crescendo o Nordeste a 10% e o Brasil a 9%, a renda per capita de cada um atingirá em 1980, 396 e 838 dólares, respectivamente.

Programa Nordeste em andamento e na adoção de novas medidas.

A razão básica dessa elevação substancial da taxa de crescimento está no fato, já mencionado, de que na década que se inicia ocorrerão a maturação, instalação ou funcionamento da maior parte dos programas e projetos da década anterior. É como se se plantasse em uma década para colhê-lo na outra.

Como ilustração desse processo de encadeamento entre as duas décadas, basta mencionar que 87% dos investimentos industriais aprovados pela SUDENE foram no período de 1967-71. Dado o prazo requerido para a sua instalação e início de funcionamento em bases adequadas, esses projetos só estarão produzindo na presente década. A conclusão lógica e incontornável é de que toda a expectativa de aceleração do crescimento industrial do Nordeste só irá transformar-se em realidade nesse decênio, com todo o seu impacto dinamizador sobre os vários setores da economia.

Houve, nos anos sessenta, uma intensa atividade de análise e aprovação de projetos, gerando uma grande euforia quanto ao processo de industrialização regional. As empresas, como é natural, não surgiram de imediato para dar o sentido visual e concreto da nova fase que se estava esboçando. Essa defasagem no tempo entre a aprovação e o funcionamento dos projetos, que é um aspecto normal no processo de implantação de novas indústrias, pode ter deixado um certo desapontamento face às expectativas geradas. Isso impediu que

muitas pessoas tivessem uma noção plena dos resultados do processo de industrialização iniciado e, por conseguinte, de sua importância para a dinamização e transformação da economia regional.

Em síntese, a possibilidade de um crescimento global de 10% na década está relacionada com os seguintes pressupostos sobre desempenhos setoriais.

*Agricultura* — Admite-se que este setor possa crescer à taxa de 6,5%, ligeiramente superior à observada nos últimos 15 anos, que girou entre 5 e 6%, chegando mesmo a atingir 6,3% no período 1966-68.

Essa taxa está associada a uma série de circunstâncias favoráveis que influenciarão o ritmo da demanda regional, do resto do País e do exterior pelos produtos agropecuários do Nordeste. Mencione-se, a propósito, um crescimento mais rápido da população, a aceleração do processo de industrialização, o aproveitamento do elenco de incentivos governamentais para exportação com base no sistema regional de promoção recentemente criado, além do mais intenso desenvolvimento do próprio País.

*Indústria* — A mensuração do impacto dos projetos aprovados pela SUDENE, os estudos de demanda e o dinamismo esperado de setores como os de energia elétrica, construção civil e mineração indicam como possível uma taxa em torno de 15%.

*Serviços* — Tendo crescido à taxa de 7,5% no período 1966-68, espera-se que esse setor possa atingir o ritmo de 10% ao ano, em função da taxa mais

alta da agricultura, do acelerado crescimento do setor industrial, da possibilidade de expansão de atividades como o turismo, exportações, mercado de capitais, além da manutenção do atual dinamismo do setor Governo na Região.

*Renda "Per Capita"* — Se atingida a taxa global de 10%, a renda per capita do nordestino passaria de cerca de 205 dólares em 1970 para 396 dólares em 1980. No curto espaço de dez anos teria praticamente dobrado, portanto, a renda média do habitante da Região, com as conseqüentes repercussões sobre as condições econômicas e sociais da população.

Esse é um resultado realmente espetacular, numa área que, durante dezenas de anos, permaneceu com tôdas as características de uma economia tradicional a despeito do prolongado esforço governamental no sentido de desenvolvê-la. Esse desempenho esperado dá uma medida eloqüente do êxito da nova política adotada para a Região.

*Transformação Estrutural* — Outro aspecto de grande significado é que se prenunciam, pela primeira vez, substanciais transformações estruturais na economia regional.

Os dados disponíveis indicam que, pelo menos nas décadas de 40 e 50, a estrutura da economia nordestina permaneceu praticamente inalterada, com a renda da agricultura girando em torno de 36% da renda total, a da indústria, 13% e a dos serviços, 51%<sup>(4)</sup>. Isso significa que, apesar de

todo o esforço realizado no passado, nunca houve um programa que dinamizasse a economia do Nordeste a ponto de modificá-la estruturalmente.

Quando uma economia está passando por um autêntico processo de desenvolvimento ocorre uma série de transformações na sua estrutura geral e nos vários setores. Entre essas transformações há uma que é das mais características, corroborada pela experiência de todos os países que conseguiram se desenvolver. É que ao longo do processo de enriquecimento da comunidade, diminui a proporção da renda agrícola na renda total, enquanto aumenta correspondentemente a da indústria, permanecendo a dos serviços praticamente a mesma.

Esse aumento da participação da indústria na renda total e a diminuição paralela da participação da agricultura estão associados, logicamente, a um crescimento da indústria a uma taxa superior à da agricultura. A manutenção da participação dos serviços significa, naturalmente, que este setor tende a crescer aproximadamente no mesmo ritmo da economia como um todo<sup>(5)</sup>.

(4) Feitas as seguintes correções, com base em estimativas do BNB-ETENE: na agricultura, dedução do consumo intermediário (adubos, sementes, alimentação do rebanho, etc.); na indústria, inclusão das indústrias de construção civil e serviços industriais de utilidade pública, cuja renda é estimada pela F.G.V. somente a nível nacional; nos serviços, inclusão dos transportes aéreos, pelo mesmo motivo.

(5) Ver Simon Kuznets, *Modern Economic Growth*, Yale University Press, New Haven, 1966, pág. 86:159.

Na realidade, mostra a experiência que, nas fases de desenvolvimento mais acelerado de uma economia, o setor industrial tende a crescer a uma taxa duas a três vezes superior à da agricultura. Assim, se a agricultura cresce a 5%, a indústria pode crescer entre 10 a 15%.

Essa característica básica do processo de desenvolvimento se explica pelo fato observado de que, à proporção que a renda se eleva, as despesas com bens industriais e serviços aumentam mais depressa do que as despesas com alimentos. As despesas individuais com alimentos podem passar 70 a 80% da despesa total, como ocorre nas camadas de renda mais baixa em cidades do Nordeste, para cerca de 15%, que é a média em um país rico como os Estados Unidos. Adam Smith já explicava esse fenômeno aludindo ao "pequeno tamanho do estômago", que estabelece um limite para o incremento das despesas individuais com alimentos.

Modificando-se assim a estrutura da procura, com uma ênfase crescente em bens industriais, altera-se correspondentemente a estrutura da oferta e, como consequência, as do investimento e do emprego. Dê-se modo, o processo de desenvolvimento está associado, necessariamente, a uma queda da importância relativa da agricultura no conjunto da economia; em termos de renda, investimento e emprego, e a um aumento da importância da indústria. Assim é que a participação da agricultura pode cair, por exemplo, de um extremo de 40% para 5% ou menos da renda total, enquanto a da indústria pode aumentar de 10% para 40-50%. Algo semelhante

ocorre com as participações dos dois setores no emprego total, de tal modo que numa economia atrasada pode-se encontrar até 90% da população vivendo no campo e apenas 10% associados a atividades urbanas, enquanto numa sociedade rica a situação é diametralmente oposta, com 90% ou mais da população vivendo nas cidades e apenas 10% ou menos diretamente associados a atividades rurais.

Examine-se, agora, a modificação que poderá ocorrer na estrutura da economia do Nordeste. A renda da agricultura representava em 1968, 32,4% da renda total, a da indústria, 13,1% e a dos serviços, 54,5%. Se ocorrerem as taxas setoriais de crescimento previstas para a década, em 1980 a renda da agricultura representará apenas 22,2% da renda total, enquanto a da indústria terá subido para 22,2% e a dos serviços será 55,6%.

Vê-se, assim, que em período relativamente curto a participação da indústria chegaria quase a dobrar, o que constituiria, na verdade, uma substancial modificação de estrutura. Mencione-se, a propósito, que a economia do Centro-Sul levou um período de cerca de vinte anos para passar por uma transformação estrutural de tal magnitude.

Ressalte-se, ademais, que modificação substancial também ocorreria na estrutura da indústria de transformação, com as indústrias de bens de consumo passando de 62% para cerca de 40% do total do setor, enquanto os bens intermediários, de capital e de consumo durável aumentariam de 38% para 60%.

Haveria, assim, um grande incremento nas chamadas indústrias dinâmicas.

### *Indústria como Fator de Dinamização e Transformação*

Caberia fazer, finalmente, uma observação de grande importância para a compreensão desse processo de desenvolvimento mais acelerado que se prevê para o Nordeste nos próximos anos. O fato é que, tanto a taxa mais elevada de crescimento da economia como um todo como as esperadas modificações na sua estrutura, estão associadas, basicamente, à grande expansão prevista para o setor industrial.

Esse é um ponto fundamental, mas nem sempre devidamente compreendido. A taxa global de crescimento de uma economia resulta, naturalmente, das taxas observadas na agricultura, na indústria e nos serviços. Pelas razões já expostas, o setor industrial de um país ou região pode chegar a crescer a taxas anuais superiores a 15%, por período bastante longo, mas o mesmo não pode ocorrer com a agricultura, cujo máximo gira entre 6% e 7% devido à limitação do ritmo de crescimento da demanda por produtos agrícolas. <sup>(6)</sup>

Dêse modo, o elevado crescimento global da economia não estará associado à aceleração do crescimento da agricultura. A agricultura terá um papel estratégico a desempenhar e merecerá cuidados especiais, pelo suporte de alimentos, matérias-primas e exportações que assegura e pela grande parcela de mão-de-obra que ainda emprega. Mas dela não se pode esperar, evidentemente-

te, o grande impulso dinamizador da economia.

A conclusão lógica, portanto, é de que, sendo a taxa de 6,5% uma espécie de teto para o crescimento da agricultura nordestina na década, não se pode pensar em uma alta taxa de crescimento para a economia regional sem alta taxa de crescimento do setor industrial.

Pode-se afirmar, por conseguinte, que não haveria outro caminho para assegurar tamanho impulso ao desenvolvimento da Região, e, assim, criar mais amplas oportunidades de emprego produtivo para a mão-de-obra, modificar estruturalmente a economia e encaminhá-la na direção do crescimento auto-sustentado.

Reveste-se, assim, de importância estratégica para o desenvolvimento do Nordeste, merecendo a mais alta prioridade nos próximos anos, o asseguramento das condições para que o crescimento industrial se processe a uma taxa em torno de 15%.

O papel da indústria na presente década será fundamentalmente diferente daquele desempenhado no passado, quando o setor não tinha maior expres-

(6) Estudo relativo ao desempenho da agricultura de 54 países subdesenvolvidos revelou que no período 1950-68 apenas em 6 países esse Setor alcançou taxas anuais de crescimento superiores a 5%, sendo que em 11 países a taxa foi de 4-4,9%, em 17 de 3-3,9% e em 20 de 1-2,9%. In Economic Research Service, *Economic Progress of Agriculture in Developing Nations*, Foreign Agricultural Economic Report n.º 59.

são no conjunto da economia e se compunha de indústrias tradicionais. Na realidade, até recentemente o desempenho da economia nordestina foi definido pelo comportamento da agricultura e dos serviços, que juntos representavam cerca de 87% da renda total. Tanto é assim que, conforme se observa na tabela 2, a fase de perda da posição relativa da economia do Nordeste face à economia nacional (1939-55) correspondeu, a uma fase de perda acentuada de posição da agricultura regional em relação à do País e uma menor dos serviços. O decréscimo da participação da indústria não teve maior influência sobre o resultado global, dado o seu pequeno peso do setor no conjunto. Com efeito, a recuperação da posição regional no período seguinte, também comandada pela agricultura e serviços, ocorreu a despeito de continuar o declínio da posição relativa da indústria.

Os dados revelam ainda que, após 1955, a agricultura e os serviços no Nordeste têm demonstrado capacidade de crescer a um ritmo igual ou superior ao verificado para os mesmos setores no País como um todo. Assim, o problema tem estado, fundamentalmente, no setor industrial, cuja posição caiu de 12,1% em 1939 para apenas 6,3% em 1968. O que ocorreu, na realidade, foi que, enquanto o País se industrializava a passos largos, as indústrias tradicionais da Região iam se desmoronando por obsolescência, com efeitos depressivos que se prolongaram até recentemente.

Está se iniciando agora, realmente, uma nova história para a economia do Nordeste. A indústria, que não impedia

a deterioração da economia nem contribuía para sua recuperação, vai assumir o papel dinâmico que lhe cabe em todo processo de crescimento acelerado e de transformações estruturais.

Outra observação que pode ser feita é que, partindo de uma base tão baixa, será perfeitamente viável para a indústria do Nordeste crescer a uma taxa de 15% ao ano. Por outro lado, embora tenha profunda repercussão no sistema econômico regional, tal crescimento não apresentará maior expressão no conjunto da indústria do País. Na realidade, se a indústria brasileira crescer na década a 12%, a indústria nordestina chegará a 1980 representando tão somente 8,7% do respectivo total nacional, posição ainda inferior à observada em 1950 e bastante abaixo da de 1939. Tratar-se-á ainda, por bastante tempo, de um mero impulso no sentido de recuperar posições já atingidas no passado.

O dinamismo transmitido pelo setor industrial, que aumentará grandemente de importância no conjunto da economia, não se limita, evidentemente, ao aspecto de uma taxa setorial influenciando a taxa global. Há uma série de efeitos diretos e indiretos e as próprias relações entre a renda gerada no setor e a demanda nos demais setores. Ademais, sua produtividade mais elevada gera uma parcela ponderável de recursos que se podem destinar a realimentar o fluxo de investimentos. Cabe mencionar, ainda, seus efeitos sociais e políticos, tais como a difusão da cultura, o aumento da mobilidade social, o desenvolvimento do espírito empresarial e uma mais equilibrada distribuição da ri-

TABELA 2

**PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES E DA RENDA TOTAL  
DA ECONOMIA DO NORDESTE EM RELAÇÃO AO BRASIL  
1939-1968**

Anos	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
1939	23,0	12,1	14,9	15,5
1950	20,3	8,9	13,5	14,6
1955	16,6	7,7	12,3	12,6
1960	22,1	8,0	13,6	14,8
1965	23,2	7,7	14,1	15,3
1968	24,6	6,3	13,9	14,4

FONTE: FGV — Centro de Contas Nacionais

queza e da renda. Por outro lado, a própria modernização da agricultura depende do grau de avanço do setor industrial, que lhe fornece os insumos necessários para tal.

Outro efeito positivo da industrialização é tornar a região menos dependente das crises do setor agrícola. Igualmente, das exportações de produtos primários, marcados por flutuações das quantidades e dos preços, o que se conseguirá mediante a diversificação da pauta das vendas para o exterior, com crescente inclusão de produtos industriais.

Caberia observar, ainda, que se ocorre um aumento da importância relativa da indústria ao longo do processo de desenvolvimento econômico, este requer também uma expansão do setor agrícola em termos absolutos.

Expandem-se os três setores, com a indústria a uma taxa mais elevada, mas o desenvolvimento dos três é interde-

pendente. A agricultura fornece alimentos, matérias-primas e mão-de-obra à indústria e aos serviços. A indústria assegura bens de consumo, matérias-primas e equipamentos à agricultura e aos serviços. Quanto aos serviços, há os indispensáveis à expansão da agricultura e da indústria, além daqueles de caráter final, adquiridos diretamente pelos consumidores.

Há, assim, dentro de certo limite, necessidade de um desenvolvimento integrado dos três setores, embora não cresçam no mesmo ritmo. Trata-se de um equilíbrio mutável ao longo do tempo, com uma sequência de novas proporções inter-setoriais em cada estágio do desenvolvimento.

#### *Agricultura como Apoio ao Crescimento Acelerado*

Um dos grandes desafios para o Nordeste na década de setenta, ao lado da



aceleração do crescimento industrial, será transformar os padrões da agricultura tradicional de modo a torná-la um fator de sustentação do progresso do sistema econômico regional.

Caberá à agricultura do Nordeste, nos próximos anos, a responsabilidade de produzir alimentos para uma população em torno de 40 milhões de pessoas, atender às necessidades de matérias-primas de uma indústria em rápida expansão, fornecer, em bases competitivas, maior volume de produtos exportáveis para o exterior e resto do País, bem como assegurar emprego a grande parcela da população.

Embora os motivos imediatos que justificam a transformação do setor sejam os mencionados, o elemento básico para maior atenção à agricultura é, na realidade, a convicção política e estratégica, inserida nos programas governamentais, de que não serão mais toleráveis o atraso e as inadequadas condições sociais prevalecentes no quadro rural do Nordeste.

A agricultura terá de ser encarada cada vez mais como um negócio e não como uma simples forma de assegurar a subsistência em condições de acentuada disparidade de renda e bem estar em relação aos outros setores da economia. Ter-se-á de pensar em termos de empresa agrícola e empresário agrícola, crescentemente vinculados a uma economia de mercado em processo de modernização.

O crescimento de caráter extensivo, mediante a simples incorporação de mais terras ao processo produtivo, prática-

mente sem aumento de produção por hectare, não permitirá à agricultura atender às suas novas responsabilidades econômicas e sociais.

Isso significa que a mesma ação de impacto que se conseguiu com relação à indústria precisa ser também levada à agricultura. Dentro dessa orientação, a recente criação do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) delineia um conjunto de diretrizes compatíveis com o propósito de transformação da agricultura tradicional da Região, ao mesmo tempo que aporta recursos significativos para implantação de programas concretos de melhoria das condições econômicas e sociais do setor. Por outro lado, o Programa de Integração Nacional (PIN) é outro instrumento de fortalecimento da ação em prol do desenvolvimento agrícola do Nordeste e do Norte do País, dentro de um esquema de complementariedade de esforços com vistas a incorporar as duas regiões ao processo nacional de desenvolvimento econômico.

### *Novas Frentes para o Desenvolvimento*

Os próximos anos poderão ser de profundas mudanças na economia do Nordeste. E também de abertura de novas frentes para o desenvolvimento regional.

Uma economia que ingressa em um processo de crescimento acelerado passa a ter novas necessidades e a exigir novos pontos de apoio para a manutenção de seu impulso. Já não se terá, na década de setenta, aquele Nordeste cuja temática econômica girava apenas em torno



do destino de algumas indústrias tradicionais e da exportação de alguns produtos primários, com uma agricultura à margem do progresso tecnológico e periodicamente desorganizada pelas secas.

O Nordeste dos anos setenta terá uma nova temática, novas atitudes, novos pontos de interesse. Verá um funcionamento uma grande variedade de novas indústrias, promoverá mudanças numa agricultura que esteve intocada por muitos anos, iniciará a exportação de uma série de produtos novos, importará "know how" e precisará de uma ampla gama de especialistas para os quais não havia demanda anteriormente, novos insumos terão de ser importados ou produzidos localmente, e assim por diante.

Além das transformações previstas para os setores agrícola e industrial, terá de iniciar, com ênfase especial, algumas atividades novas, que serão de importância estratégica no fortalecimento do seu esquema de desenvolvimento. Terá de dar atenção especial ao sistema regional de promoção de exportações, dentro de uma concepção dinâmica e agressiva, a exemplo de outras áreas que têm tirado grande proveito da atividade exportadora. Uma nova frente será também a promoção do turismo, explorando as atrações naturais e históricas da Região. Outra área a ser igualmente dinamizada é a da pesquisa agrônoma e tecnológica, como importante elemento de apoio ao progresso da agricultura e da agro-indústria.

Enfim, a imaginação, o estudo e o espírito empresarial deverão estar asso-

ciados para descobrir e explorar novas frentes para o desenvolvimento regional.

## VIABILIZAÇÃO DA INTEGRAÇÃO E DO CRESCIMENTO ACELERADO

Crescer a uma taxa de 10% ao ano é uma real possibilidade de que se abre para o Nordeste na presente década. E tal desempenho dará à Região, pela primeira vez, condições para um avanço substancial no sentido da realização dos grandes objetivos de integração nacional, diminuição das disparidades regionais, criação de emprego para a mão-de-obra e deflagração de um processo de desenvolvimento auto-sustentado.

É necessário assinalar, entretanto, que a viabilização desse crescimento e dos benefícios a ele associados dependerá, fundamentalmente, da concentração de esforços e recursos em torno de uma série de medidas prioritárias de sustentação e de fortalecimento do processo iniciado. Urge que as lideranças e a comunidade conscientizem a natureza desse desafio, sob pena de se ver desperdiçada uma oportunidade excepcional na história econômica da Região.

Apresenta-se, a seguir, de forma resumida, o quadro geral das medidas consideradas de maior relevância para a efetivação desse desiderato. Elas se relacionam com a consolidação do crescimento do setor industrial, modernização da agricultura, impulsionamento de novas atividades, como promoção de exportações e de turismo, e manutenção do dinamismo do setor governo.

## *Consolidação do Crescimento Industrial*

No caso da indústria, o atingimento das metas definidas requer a consolidação do esforço até agora realizado, assegurando-se os recursos necessários à implantação e funcionamento dos projetos aprovados bem como assistência técnica aos empreendimentos instalados e em instalação.

O excesso de projetos face à disponibilidade de recursos deve ser encarado como uma medida de grande êxito do esquema adotado para motivação do setor privado, constituindo um desafio para a criação de novas formas de mobilização de recursos adicionais e de promoção de investimentos.

O treinamento a nível gerencial e de mão-de-obra qualificada deve receber ênfase especial, para suprir as deficiências naturais de uma Região onde não havia tradição industrial.

Grande atenção deve ser dada ao aproveitamento do potencial mineralógico da Região, maior integração do parque em formação, identificação e implantação de indústrias com grande potencial de crescimento e de indústrias voltadas para a exportação.

## *Modernização da Agricultura*

No que concerne à modernização do setor primário, cabe explorar tôdas as potencialidades dos esquemas do PIN e PROTERRA com vistas à elevação da produtividade das principais culturas através da utilização de insumos moder-

nos; modernização e ampliação do setor pesqueiro da Região e implantação sistemática de eficientes projetos de pesquisa agrônômica e tecnológica associados aos programas de desenvolvimento dos campos da agropecuária e da agro-indústria.

## *Promoção de Exportações*

A sugestão básica é no sentido de se fortalecer o sistema regional de promoção de exportações, recém-implantado, dentro de um esquema cooperativo de que participem as entidades de desenvolvimento e a classe empresarial, em íntima colaboração com a CACEX e o Itamaraty.

O sistema deve ser aparelhado para cumprir com eficiência, a nível regional, as tarefas de estudos de mercados e de produtos, a transmissão de técnicas e procedimentos relacionados com todos os atos de exportação, promoção de missões comerciais e técnicas, participação em feiras e exposições, treinamento de pessoal e outras atividades relevantes para o aumento das vendas noutros países.

## *Promoção do Turismo*

Tratando-se de uma atividade que poderá, realmente, criar novas fontes de renda e emprego, sugere-se que se empreenda, de forma sistemática, o planejamento e estruturação do programa de promoção de turismo do Nordeste.

Ao lado da tarefa de promoção propriamente dita, atenção especial deve ser dada à melhoria das condições infra-

estruturais para recebimento e orientação dos visitantes, tais como sistema viário de acesso dentro do roteiro turístico, rede de hotéis e motéis, projetos de "camping", aparelhamento de estações de passageiros, sistema eficiente de informação aos turistas.

### *Dinamismo do Setor Governo*

A ação governamental será decisiva para o desenvolvimento regional na década de setenta. Programas de envergadura, alguns já definidos, em campos como os de energia, transporte, telecomunicações, habitação, educação e saúde terão não apenas efeitos imediatos como também lançarão as bases para um vigoroso impulso futuro na melhoria das condições econômicas e sociais da Região.

Nos capítulos seguintes são dadas as linhas gerais de alguns programas já esboçados nos planos do Governo e pontos de referência que poderão subsidiar a elaboração de outros programas importantes para a atuação governamental no Nordeste nos próximos anos.

### AS PERSPECTIVAS E A AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

O estudo sobre as perspectivas da Região na década de setenta examina possibilidades e problemas futuros, não constituindo um trabalho de planejamento regional. Procura delinear marcos de referência de utilidade para o estabelecimento de programas e projetos visando à consecução de determinadas metas de crescimento.

Como ilustração dêsse balisamento de possibilidades e problemas futuros, basta mencionar, por exemplo, que quando se projeta a renda e a população até 1980, com base em determinadas taxas consideradas aceitáveis, surgem de imediato ordens de grandeza sobre necessidades de alimentos em termos quantitativos e qualitativos, de educação, de habitação, de saúde e assim por diante. As perspectivas do processo de urbanização, considerando as grandes cidades litorâneas e as cidades menores do interior, dão indicações valiosas sobre as necessidades de equipamento urbano com vistas ao bem estar material e social das populações. O estudo da futura demanda interna e externa por produtos agrícolas oferece idéias bastante concretas sobre necessidades de área cultivável adicional para lavouras e pastagens e possíveis problemas a nível de cada Estado, bem como de insumos para modernizar a agricultura e de providências relacionadas com aumento de produtividade. A projeção do crescimento do setor industrial, globalmente e por atividades, permite antever problemas de disponibilidade de recursos internos e externos, de quadros gerenciais e de mão-de-obra especializada, bem como novas possibilidades industriais relacionadas com a complementariedade e consolidação do próprio parque em formação. Enfim, há uma vasta gama de indicações que podem se transformar em programas e projetos e em orientação para a mobilização de recursos financeiros, humanos e técnicos.

Com base nas conclusões do trabalho, já se começou a dar encaminhamento a

algumas providências de fundamental interesse para a Região. A primeira delas, encetada diretamente pelo BNB com apoio da EMBRATUR e de várias empresas, está relacionada com o turismo regional. Aproveitando a oportunidade da conclusão da ligação rodoviária, em asfalto, com o sul do País, foi feita ampla campanha promocional com o propósito de aumentar o fluxo turístico para o Nordeste. A avaliação dos primeiros resultados indicou êxito surpreendente, pois no mês de julho de 1971, logo em seguida à campanha, registrou-se o maior índice de ocupação já alcançado pela indústria hoteleira regional. Além disso, a Região teve uma demonstração concreta de suas possibilidades turísticas, ficando motivada para se organizar sistematicamente com o fim de explorar essa nova atividade. A campanha representou uma contribuição para quebrar-se o círculo vicioso da ausência de aparelhamento por falta de turistas e da falta de turistas por ausência de aparelhamento.

Outra medida, também motivada pelos resultados do estudo, foi a criação pelo Banco de um Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI), destinado a apoiar o esforço necessário de pesquisa agrônômica, tecnológica e econômica e de treinamento em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional. Alguns projetos já foram aprovados e se encontram em execução e outros estão em fase de análise.

O Banco está também se preparando para iniciar um esforço especial no campo do treinamento a nível gerencial,

com o apoio da UNIDO e de outras entidades, a fim de dar uma contribuição para a solução de um problema identificado como crítico para a sustentação de um vigoroso processo industrial.

Dentro da concepção da necessidade inadiável de modernização da agricultura, o Banco está patrocinando dois programas de treinamento especializado, ambos funcionando na Escola de Agronomia da Universidade do Ceará. Um curso de Planejamento Rural Integrado, em cooperação com o Governo de Israel e com o apoio da OEA; e um curso de pós-graduação em Economia Rural, em cooperação com a Fundação Ford.

Dada a importância estratégica atribuída ao incremento das exportações, o Banco se associou à SUDENE, governos estaduais e classes produtoras para a manutenção de um sistema regional de promoção de exportações, que já começa a dar seus primeiros frutos.

Além dessas, outras providências estão em estudo. Propõe-se o Banco, como agência de desenvolvimento, a dar sua contribuição, direta e indiretamente, dentro das suas possibilidades, para que tenham um encaminhamento seguro e decisivo aquelas medidas julgadas prioritárias e estratégicas para o crescimento e a transformação da economia regional.

Espera o BNB que outras instituições e a classe empresarial encontrem no referido trabalho inspiração, orientação e motivação para continuar, ampliar ou renovar seu esforço em prol do alevantamento econômico e social da Região.

## SUMMARY

The present work contains, initially, a historical report of the governmental policies towards Northeast, aiming at the promotion of its economic development. The author informs that for the choice of the present policy, the Federal Government took, as basic guide, the principle of national integration. This new policy is specifically aimed at the decrease of the regional disparities, having as natural corollary, the assurance of wider opportunities for the employment of Northeastern labor.

In the process of development of the Northeast, the author identifies a phase of preparation and the laying of the foundations for a later development at higher rates, during the decade of the sixties. As consequence, he considers the decade of the seventies as the decade of the impact, in which maturation, installation and cooperation of greater part of the programs and projects initiated or approved in the decade of the sixties occur.

In ordering the process, the author reveals how it was felt the need of a clearer vision of the steps necessary to fully exploit the potentialities of such development, aiming at the attainment of the objectives laid out by the Federal Government's policy. Thus, with the aim of providing a full vision of the possibilities of expansion of the Northeastern economy in the next few years, the Bank of Northeast Brazil decided to carry out a wide study on the "Prospectives for the Development of the Northeast in the Decade of the Seventies".

The work had, as basic aim, to draw a profile of the economy of the Northeast in the decade of the seventies, both from the global and the sectorial point of view, and to investigate the possibilities and the conditions for a rather accelerated development. Its results will serve as guidelines for the action of the Bank and will supply information for the planning task of other agencies, also responsible for the development of the area, as well as for the interlocking of regional and national plannings.

The study tries to delineate the new trends and possibilities of the regional economy, based on the impact of the programs and projects of the new phase which the Region is undertaking and of new measures which could accelerate its growth.